



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**23ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
(Companhia Capitão-Mor Bartolomeu Bueno da Silva/1975)

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Processo Administrativo nº 80581.004323/2025-84)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de bens comuns de tecnologia da informação e comunicação (TIC) como notebooks, computadores desktops, monitores, dispositivos de armazenamento, impressoras e outros equipamentos, com a finalidade de atender as necessidades da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Especificação   | CATMAT | Unid | Qtd | Valor Unit   | Valor Total    |
|------|---|--------|------|-----|--------------|----------------|
| 1    | Notebook 13ª Geração tela até 15.6 (10-core, Cache de 12MB, até 4.7 GHz) Windows 11 Original Armazenamento Ssd: 310 A 500, bateria lítio, Alimentação: Bivolt, SO, WINDOWS 11 ORIGINAL, garantia 36 meses                 | 613702 | Und  | 8   | R\$ 5.472,85 | R\$ 43.782,80  |
| 2    | Computador/ desktop corporativo + monitor 22 pol, entrada hdmi e vga+ mouse e teclado usb SUPERIOR A 8 núcleos reais, 8 gb de ram ddd3 ou ddr4 so Windows 11 pro original Ssd de 256gb, mínimo 3.5 ghz, garantia 36 meses | 485442 | Und  | 23  | R\$ 6.842,98 | R\$ 157.388,54 |
| 3    | Monitor full hd, tela 24 polegadas led ou superior, entradas hdmi e vga. 75hz, reclinável: Sim, Tem uma resolução de 1920px-1080px ou superior  | 626432 | Und  | 20  | R\$ 920,52   | R\$ 18.410,40  |
| 4    | Armazenamento tipo ssd 256 gb sata, taxa de transferência mínima 400mb/s, leitura mínima 300mb/s. Formato 2,5 pol.  | 439348 | Und  | 50  | R\$ 312,82   | R\$ 15.641,00  |



|    | TIPO do HD sólido   |        |                |    |            |              |
|----|---|--------|----------------|----|------------|--------------|
| 5  | Hd externo, portátil capacidade memória de 1tb, interface conexão usb 3.0, aplicação armazenamento de dados, tipo de disco de armazenamento, Plug and Play: Sim- Compatibilidade: Windows e Mac e linux   | 427903 | Und            | 10 | R\$ 434,67 | R\$ 4.346,70 |
| 6  | Pendrive com capacidade de memória de 64 gb, ou tipo pen drive, interface usb 3.0 ou superior   | 443472 | Und            | 20 | R\$ 35,38  | R\$ 707,60   |
| 7  | Placa de video, 2gb gb bits Resolução Imagem: 2560 X 1600 DPI, Padrão Imagem: Vga-DviHdmi Microsoft DirectX®: 11-OpenGL: 4.5- Sistemas operacionais: Windowns e Linux- Suporta até 2 monitores- Resolução digital máxima de 2560 x 1600 pixels- Fonte de alimentação recomendada: 200W                        | 464974 | Und            | 20 | R\$ 218,97 | R\$ 4.379,40 |
| 8  | Cabo de redes, 4 pares trançado, 24 awg, tipo: categoria 6 ou superior. Caixa com 305m. Características adicionais: categoria 5, blindado soho plus. Marcação sequencial métrica decrescente (305 – 0 m), que facilita a visualização da quantidade restante na caixa e no cálculo dos lances para instalação | 467549 | Caixa 305 m    | 10 | R\$ 692,58 | R\$ 6.925,80 |
| 9  | Conector, tipo rj45 macho, características adicionais cat 5 ou superior, aplicação cabo de rede. (pacote com 100 unidades)  | 375963 | Pacote 100 und | 10 | R\$ 55,27  | R\$ 552,70   |
| 10 | Estabilizador frequência: 60 hz, minimo 1000 va voltagem: bivolt 110-220 v (entrada e saída) tomadas: 4 a 8 tomadas no nbr 14136 botão liga/desliga. Aplicação micro computador e impressoras   | 276043 | Und            | 60 | R\$ 655,81 | 39.348,60    |
| 11 | Nobreak senoidal igual ou superior 2500 tensão de entrada: 115v / 220v (automático) bivolt- tensão de saída: 115v a 220v (selecionável automaticamente ou manualmente via chave comutadora) bivolt,   | 614404 | Und            | 10 | R\$ 704,93 | R\$ 7.049,30 |



|    |   |        |     |    |              |               |
|----|---|--------|-----|----|--------------|---------------|
|    | quantidade de tomadas: 6 a 8 tomadas com bateria inclusas   |        |     |    |              |               |
| 12 | Nobreak senoidal 5000 va tensão de entrada: 115v / 220v (automático) bivolt- tensão de saída: 115v a 220v (selecionável automaticamente ou manualmente via chave comutadora) bivolt, quantidade de tomadas: 6 a 8 tomadas com bateria inclusas  | 483854 | Und | 10 | R\$ 2.670,31 | R\$ 26.703,10 |
| 13 | Transformador minimo de potência 1200 máxima:1500 - 110v/127v para 220v ou 220v para 110v/127v. 1 tomada preta tripolar de 10a para entrada ou saída de 127v/220 e 1 tomada vermelha tripolar de 10a para entrada ou saída de 110/220v  | 437554 | Und | 10 | R\$ 166,95   | R\$ 1.669,50  |
| 14 | Impressora multifuncional com tanque de tinta semelhante a impressora epson l3250, imprime, copia, e escaneia, Tamanho da folhaPadrão: A4, Carta, Ofício (215.9 x 355.6mm), Mexico-Ofício (215.9 x 340.4mm), Ofício 9 (214.9 x 315mm), Fólio (215.9x330.2mm), Executivo, Meia carta, A6 Foto: 10x15 cm (4x6 in), 16:9 wide (102x181 mm), 13x18 cm (5x7 in) Envelopes: #10 Definido pelo Usuário: 54x86 to 215.9x1200 mmCompatibilidade: Windows E Macos, Tipo Papel: A4 | 473179 | Und | 5  | R\$ 2.476,58 | R\$ 12.382,90 |
| 15 | Impressora multifuncional monocromática laser duplex wifi e lan, usb, copiadora, scanner, capacidade mínima na bandeja 200 a 400 folhas – imprime, digitaliza e copia semelhante dcp-l5502dn ou superior  | 469167 | Und | 4  | R\$ 2.586,08 | R\$ 10.344,32 |
| 16 | Impressora laser, monocromática, 110v, com função duplex automático. Semelhante impressora brother hl-l5102dw hll5102 ou superior Capacidade Folha: 150   | 470798 | Und | 5  | R\$ 1.694,52 | R\$ 8.472,60  |
| 17 | Scanner Tipo: Mesa , Cromatismo: Policromático ,  | 398567 | Und | 10 | R\$          | R\$           |



|   |   |        |     |     |               |               |
|---|---|--------|-----|-----|---------------|---------------|
|   | Resolução: 600 DPI,Tensão Alimentação: 100/240 VCA, Velocidade Digitalização: 30 Ppm , Profundidade Bit: 24 , Tipo Digitalização: Cores , Tipo Drives: Twain E Isis , Interface: Usb 2.0 , Tipo Alimentador Papel: Automático De Documentos (Adf) Para 50 Folhas , Características Adicionais Tecnologia Ccd Duplo , Área Máxima Digitalização: 216 X 356 MM, Software:Ocr , Compatibilidade: Windows Xp/Vista/7 , Tipo Escaneamento: Frente E Verso Uma Única Passagem |        |     |     | 3.139,91      | 31.399,10     |
| 18  | Fonte alimentação, potência 300/450 w(real) frequência 50-60 hz, características adicionais padrão atx 12v v2.31, tensão alimentação 110/ 220 (bivolt) com pfc ativo  | 617030 | Und | 100 | R\$ 90,50     | R\$ 9.050,00  |
| 19  | Switch 48 portas 10/100 mbps, com o módulo óptico sfp interface: portas rj45, 10/100/1000 mbps (auto mdi / consumo de (110-220v/50~60 hz) fonte de alimentação 100-240vac, 50/60hz  | 626881 | Und | 04  | R\$ 17.122,78 | R\$ 68.491,12 |
| <b>COTA RESERVADA PARA ME/EPP</b>   |   |        |     |     |               |               |
| 20  | IDEM AO ITEM 2 – Cota reservada para ME/EPP em até 25% – Computador/ desktop corporativo + monitor 22 pol, entrada hdmi e vga+ mouse e teclado usb SUPERIOR A 8 nucleos reais, 8 gb de ram ddd3 ou ddr4 so Windows 11 pro original Ssd de 256gb, minimo 3.5 ghz, garantia 36 meses  | 485442 | Und | 7   | R\$ 6.842,98  | R\$ 47.900,86 |
| 21  | IDEM AO ITEM 19 – Cota reservada para ME/EPP em até 25% – Switch 48 portas 10/100 mbps, com o módulo óptico sfp interface: portas rj45, 10/100/1000 mbps (auto mdi / consumo de (110-220v/50~60 hz) fonte de alimentação 100-240vac, 50/60hz  | 626881 | Und | 1   | R\$ 17.122,78 | R\$ 17.122,78 |
| <b>TOTAL: R\$ 532.069,12 (quinhentos e trinta e dois mil, sessenta e nove reais e doze centavos).</b> |   |        |     |     |               |               |



~~1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).~~

| <b>Órgão Gerenciador:</b> |                                 |                          |                          |                          |                         |
|---------------------------|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|
| <i>Item</i>               | <i>Descrição/ especificação</i> | <i>Unidade de medida</i> | <i>Requisição mínima</i> | <i>Requisição máxima</i> | <i>Quantidade total</i> |

| <b>Órgão Participante:</b> |                                 |                          |                          |                          |                         |
|----------------------------|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|
| <i>Item</i>                | <i>Descrição/ especificação</i> | <i>Unidade de medida</i> | <i>Requisição mínima</i> | <i>Requisição máxima</i> | <i>Quantidade total</i> |

| <b>Órgão Participante:</b> |                                 |                          |                          |                          |                         |
|----------------------------|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|
| <i>Item</i>                | <i>Descrição/ especificação</i> | <i>Unidade de medida</i> | <i>Requisição mínima</i> | <i>Requisição máxima</i> | <i>Quantidade total</i> |

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**OU**

~~1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

### **Classificação do objeto como bem de luxo**

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

~~1.6. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU [o Estudo Técnico Preliminar] OU [os termos da Nota Técnica .../...].~~

### **Prazo de vigência**

1.7. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do **dia útil subsequente à data da emissão da Ordem de Fornecimento**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**OU**

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a 5 anos] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~



OU

~~1.9. Tratando-se de contratação que prevê operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, o prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo], prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

~~1.10. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.12. A vigência da Ata de Registro de Preços será contada do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

1.13. O prazo de vigência do instrumento contratual e o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não se confundem e nem se equivalem, visto que são instrumentos independentes e com propósitos diferentes.

1.14. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do envio da nota de empenho ao fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.15. A contratação deve ter a sua integralidade empenhada antes ou de modo concomitante à celebração, conforme Lei nº 4.320, de 17 de março 1964, e Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e a partir de tal empenho ter a vigência necessária prevista, utilizando-se de restos a pagar, se for o caso (art. 30, §2º do Decreto nº 93.872, de 1986).

1.16. Cada solicitação de material representará uma contratação individual, com prazo de vigência pelo período necessário para a entrega da quantidade demandada, recebimento, verificação da conformidade e pagamento. Executado o objeto, o contrato se extinguirá. Quando surgir nova necessidade do material, novo contrato será celebrado, e assim sucessivamente, até que expire o prazo de validade da Ata.

**1.17. Foi utilizado o CATMAT com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência. Em caso de divergências, prevalecerão as especificações contidas neste documento. As empresas licitantes deverão elaborar suas propostas com base nas especificações deste Termo de Referência.**

**1.18. Os licitantes deverão apresentar, quando aplicável, catálogos, folders, imagens, fichas técnicas ou documentos congêneres que permitam a perfeita identificação dos equipamentos;**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernização, ampliação e padronização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da unidade, com o objetivo de garantir a continuidade, eficiência e segurança das atividades administrativas, técnicas e operacionais. O atual parque tecnológico apresenta obsolescência significativa, com equipamentos



fora de garantia, de baixa performance e com alto índice de falhas, o que impacta diretamente na produtividade dos usuários, na lentidão de sistemas institucionais e na indisponibilidade de serviços essenciais. Essa situação compromete não apenas a rotina administrativa, mas também o cumprimento de prazos legais, a gestão documental digital e a comunicação com órgãos parceiros. A definição dos quantitativos de bens e serviços foi baseada em diagnóstico técnico interno, que envolveu: levantamento das estações de trabalho ativas e inoperantes; mapeamento dos setores com necessidade de mobilidade (desktop e notebooks); análise das demandas reprimidas de impressão, digitalização e armazenamento de dados; identificação de gargalos na rede interna e falhas energéticas recorrentes; levantamento das unidades que carecem de soluções para reuniões remotas e eventos institucionais; estimativa de reposição de periféricos danificados ou com vida útil esgotada. Além disso, considerou-se: necessidade de atender aos princípios de eficiência, economicidade e continuidade do serviço público; a observância dos critérios de interoperabilidade e compatibilidade com os sistemas corporativos; o planejamento para que os novos equipamentos tenham vida útil mínima de 5 anos, com suporte técnico e garantia on-site; a reserva de itens sobressalentes (fontes, memórias, HDs, SSDs, teclados, mouses) para manutenção corretiva preventiva.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual PCA 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000278/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, [...];
- IV) Classe/Grupo: 7090 - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – TIC, 5962 - MICROCIRCUITOS ELETRÔNICOS, 5962 - MICROCIRCUITOS ELETRÔNICOS, 9999 - ITENS DIVERSOS, 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES, 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES, 7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA, 7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA, 7010 – COMPUTADORES, [...];
- V) Identificador da Futura Contratação: 160101-10/2026.

**OU**

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.~~

2.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2027 da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, conforme demonstrado abaixo:

| ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS |  |
|-------------------------------------|--|
| ID                                  | Objetivos Estratégicos   |
| OEO 1                               | Entregar serviços de TIC de forma proativa e segura.                             |
| OEO 2                               | Manter e aperfeiçoamento e o gerenciamento de TIC.                               |
| OEO 3                               | Garantir a qualidade dos serviços prestados por meio de aperfeiçoamento pessoal. |
| OEO 4                               | Garantir a precisão dos serviços.  |

**ALINHAMENTO AO PDTIC 2025-2027**



| ID | Ação do PDTIC  | ID | Meta do PDTIC associada  |
|----|--|----|--|
| N1 | Adquirir e implantar soluções físicas e lógicas visando sempre melhorar o parque computacional na OM.                    | M1 | Substituir máquinas antigas. Os demais equipamentos são obsoletos e possuem data de fabricação entre 1998 à 2012. Tal situação pode ocasionar na perda de eficiência e produtividade trazendo atraso, bem como na redução do poder tecnológico da instituição. |
| N2 | Adquirir equipamentos para proteção de surtos elétrico e queda de energia para prevenção dos equipamentos de rede da OM. | M2 | Deficiência de dispositivos de proteção contra surto elétrico: no-break e estabilizadores para os equipamentos energizados, com o intuito de prevenir nos diversos casos de queda de energia.  |

2.5. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

2.6. Esse Termo de Referência será classificado na Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº. 12.527/2011 - institui que as informações geridas pelo Estado são públicas e devem ser disponibilizadas à sociedade com a publicação dos atos e documentos em sites institucionais - transparência ativa - ou mediante disponibilização de informações após o recebimento de pedido de informação - transparência passiva. Desse modo, o nível de acesso aos documentos torna-se públicos tendo em vista a transparência nos procedimentos licitatórios.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em **optar por realizar a licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA – menor preço unitário por item, para REGISTRO DE PREÇOS, com a finalidade de suprir as demandas de material de TI para o mantimento das atividades administrativas da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.**

**3.3. Certificação de Conformidade: Os bens ofertados deverão atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).**

**3.4. Comprovação Inmetro: Quando aplicável, a contratada deve apresentar certificação emitida por organismo credenciado pelo Inmetro que ateste a conformidade dos equipamentos com as normas de segurança e compatibilidade eletromagnética.**

**3.5. Fiscalização: A ausência de comprovação de conformidade técnica no ato da entrega impedirá o recebimento definitivo do objeto.**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Requisitos de Negócio**

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:



4.1.1. A(s) nota(s) de empenho emitida(s) pela Administração (do tipo ordinário ou global), haja vista que, sendo global os quantitativos serão entregues em mais de 01 (uma) remessa, no entanto, a quantidade estipulada para cada remessa será fornecida em 01 (uma) única vez, segundo a necessidade do órgão.

4.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### **Requisitos de Capacitação**

4.2. ~~Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo [XX] horas de duração.~~

**OU**

4.3. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

**4.3.1. Todavia, a empresa deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela 23ª Cia E Cmb Mec acerca do fornecimento ou de características técnicas dos equipamentos.**

### **Requisitos Legais**

4.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

### **Requisitos de Manutenção**

4.5. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (**corretivas/preventivas/adaptativas/evolutivas**) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

**4.5.1. Os equipamentos deverão possuir garantia técnica do fabricante e suporte técnico disponível por telefone, e-mail ou sistema informatizado, das 8h às 18h em dias úteis.**

### **Requisitos Temporais**

4.6. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de **20 dias corridos para as capitais dos estados e de 30 dias corridos para as demais localidades**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.7. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante descritos a seguir:



4.7.1. Garantir que os materiais fornecidos estejam em perfeitas condições de funcionamento e livres de qualquer tipo de software malicioso (vírus, malwares, spywares, etc.), especialmente em itens como pen drives, HDs externos e similares;

4.7.2. Declarar, quando aplicável, que os dispositivos de armazenamento (como HDs, SSDs, pen drives, cartões de memória e afins) são novos, não reutilizados, e não contêm nenhum dado pré-existente ou registro anterior que possa comprometer a confidencialidade das informações da Contratante;

4.7.3. Assegurar que os equipamentos fornecidos não comprometam a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações tratadas nos sistemas da Administração Pública;

4.7.4. É proibido à CONTRATADA veicular publicidade acerca do contrato e divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas da organização militar.

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.8. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.8.1. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.8.2. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável, a Contratada deverá priorizar, para o fornecimento, a utilização de embalagens que sejam no todo ou em parte, compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis;

4.8.3. Sem prejuízo aos demais critérios de sustentabilidade aplicados a contratada, deverão ainda ser observados os critérios estabelecidos na legislação ambiental vigente;

4.8.4. Eficiência energética, preferencialmente com certificações reconhecidas (ex.: Energy Star, EPEAT, Procel ou equivalentes), visando menor consumo de energia elétrica;

4.8.5. Redução do uso de substâncias tóxicas e perigosas (conforme diretrizes RoHS e WEEE);

4.8.6. Sempre que possível, os equipamentos e softwares devem ser compatíveis com recursos de acessibilidade, como ajustes de contraste, ampliadores de tela, leitores de tela e interfaces adaptadas para pessoas com deficiência visual ou motora e disponibilidade de documentação técnica em português, com linguagem clara e acessível.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.9. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.9.1. A demanda por melhores configurações de máquinas e equipamentos envolvem desde operações críticas, vídeo colaboração segura, criptografia de disco e de comunicações, EDR de nível corporativo, hardening, clientes de VPN e módulos de autenticação, aplicações de georreferenciamento, análise de imagens, planilhas volumosas, execução simultânea de máquinas virtuais para segregação de domínios, além do uso para configuração de equipamentos, como é o caso de rádios táticos.



## Requisitos de Projeto e de Implementação

4.10. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.10.1. É imperativa a observância integral das especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

## Requisitos de Implantação

4.11. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.11.1. É imperativa a observância integral das especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

## Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

**OU**

~~4.13. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~4.14. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.~~

4.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.16. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.18. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.19. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.20. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.



4.21. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.22. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.23. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.24. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.25. Os serviços de **assistência técnica, suporte e garantia** deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.26. A comprovação da capacitação técnica mencionada deverá ser realizada mediante a apresentação de certificados de treinamento ou credenciamento emitidos pelo fabricante, ou por meio de atestados de capacidade técnica que comprovem a experiência prévia na execução de serviços de complexidade equivalente.

**OU**

~~4.27. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.~~

#### **Requisitos de Formação da Equipe**

~~4.28. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:~~

~~4.29. [...].~~

**OU**

~~4.30. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.~~

#### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.31. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.32. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.



4.33. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana de maneira eletrônica e 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica.

4.34. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.35. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.35.1. A contratada deverá aderir e cumprir a Política de Segurança da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada;

4.35.2. A contratada deve adotar as melhores práticas de mercado em gestão de segurança da informação na realização das atividades para o contratante;

4.35.3. A empresa a ser contratada não poderá armazenar consigo qualquer documento técnico ou dados que contemplem configurações e regras de segurança implantados na 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada;

4.35.4. A empresa a ser contratada deverá guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo ser estes de propriedade exclusiva da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, sendo vedada a sua cessão, locação ou venda a terceiros.

### **Outros Requisitos Aplicáveis**

4.36. [...]

### **Sustentabilidade**

4.37. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.37.1. Sempre que possível, os produtos ofertados deverão conter materiais recicláveis ou reciclados, ser reutilizáveis, remanufaturados ou possuir certificações ambientais que atestem seu menor impacto ao meio ambiente (ex: selo Procel, Energy Star, EPEAT, ISO 14001, entre outros), respeitando a compatibilidade com os requisitos técnicos exigidos;

4.37.2. Os fornecedores deverão adotar práticas sustentáveis em seus processos logísticos, priorizando o uso de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, bem como reduzindo o uso de plásticos e materiais de difícil degradação.

**4.38. Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) A presente contratação observa os critérios definidos no Plano de Logística Sustentável (PLS) desta OM, em especial no que concerne à adoção de soluções tecnológicas que contribuam para a redução do consumo de recursos, eficiência energética e modernização da gestão administrativa, em conformidade com a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021.**

### **~~Indicação de marcas ou modelos:~~**



~~4.39. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...).~~

**~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~**

~~4.40. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.40.1. [...];~~

~~4.40.1. [...]; e~~

~~4.40.1. [...].~~

**Da exigência de carta de solidariedade**

~~4.41. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

**Subcontratação**

4.42. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**OU**

~~4.43. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~4.44. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.44.1. [...];~~

~~4.44.1. [...]; e~~

~~4.44.1. [...].~~

4.45. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.45.1. [...];

4.45.1. [...]; e

4.45.1. [...].

~~4.46. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.47. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.48. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~



~~4.49. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

#### **Da exigência de amostra**

~~4.50. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.51. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.51.1. [...];~~

~~4.51.1. [...]; e~~

~~4.51.1. [...].~~

~~4.52. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.53. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.54. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.55. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.55.1. Itens (...): .....;~~

~~4.55.1. Itens (...): .....~~

~~4.56. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.57. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.58. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.59. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~



~~4.60. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

**4.61. Não haverá exigência de amostra dos objetos licitados, em razão da possibilidade de verificação dos requisitos das especificações estabelecidas no Termo de Referência, que pode ser feita por meio da análise do manual técnico, da composição do produto e da apresentação de folhetos e rótulos, onde a marca e o fabricante estejam claramente identificados.**

#### **Garantia da contratação**

4.62. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que a compra de recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), equipamentos e insumos por meio de Registro de Preços não é uma demanda contínua e certa em seus quantitativos, e o instrumento equivalente ao termo contratual será a Nota de Empenho, emitida a cada necessidade de compra. Assim, a exigência de garantia de execução contratual na forma do art. 96 pode ser considerada incabível, excessiva e desnecessária. Além disso, a relação estabelecida através do Registro de Preços já oferece uma forma de segurança tanto para a Administração quanto para os fornecedores. O fornecedor se compromete a honrar os preços e as condições ofertadas, inclusive garantias de funcionamento dos bens, e a Administração garante a expectativa da aquisição sob demanda, sem a necessidade de obrigações adicionais. A não exigência de garantia de execução contratual para o fornecimento contribui também para a desburocratização do processo, permitindo que mais fornecedores possam participar da licitação, o que amplia a competição e pode resultar em melhores preços e condições.

#### **OU**

~~4.63. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a XX% (xxxxx por cento) do valor [total] OU [anual] da contratação.~~

~~4.64. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.64.1. A apólice de seguro garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~4.64.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

~~4.64.3. A apólice de seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~4.64.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~



~~4.64.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~4.65. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.~~

~~4.66. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~4.67. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~4.68. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

~~4.68.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

~~4.69. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~

~~4.69.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~

~~4.69.1. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~

~~4.70. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~4.71. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~4.72. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.~~

~~4.73. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~



~~4.73.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~4.73.1. Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~4.74. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.~~

~~4.74.1. A extinção da garantia na modalidade seguro garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~4.74.1. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~4.75. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~4.76. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~4.77. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~4.78. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

4.79. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.79.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, conforme o contido nos Incisos II e V, do Art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, haja vista a necessidade da Administração quanto a entrega parcelada dos bens, bem como pela impossibilidade de estabelecer o quantitativo exato a ser demandado.

4.79.2. Nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, e conforme o contido no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, a ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, com a restauração dos quantitativos inicialmente registrados, desde que cumpridas as condicionantes citadas na lei e parecer mencionados.

4.80. A proposta deverá conter as especificações do objeto de forma clara, indicando o modelo, o fabricante, e descrevendo detalhadamente as características técnicas e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem os materiais e equipamentos cotados, comprovando-os



através de certificados de homologação pela Anatel, datasheets, manuais técnicos, laudos, entre outros.

4.81. Nos valores ofertados já deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do objeto, tais como serviços de frete, impostos, taxas, transporte, seguro com transporte e assistência técnica.

4.82. Todos os documentos solicitados deverão ser anexados junto a documentação de habilitação e proposta comercial. A licitante que não apresentar os documentos solicitados, será automaticamente desclassificada, sendo chamada a próxima licitante mais bem classificada.

## **OU**

~~4.83. A demanda dos órgãos partícipes tem como base as seguintes características:~~

~~4.83.1. [...];~~

~~4.83.2. [...]; e~~

~~4.83.3. [...].~~

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.84. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.84.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.84.1. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.84.1. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

### **Margem de Preferência**

~~4.85. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de [XX] %, prevista no Decreto n.º ....., conforme disposto na Resolução n.º ..... da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável — CICS, por se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;



- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

## 5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e



5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

### 5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

**5.3.4.4. Comprovação de Origem e Tributação: apresentar, no momento da entrega do objeto, a comprovação da origem dos bens importados oferecidos e da quitação dos respectivos tributos de importação. O descumprimento desta exigência sujeita a contratada à rescisão contratual e aplicação de multa.**

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Rotinas de Execução

#### Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.



6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

**Forma de execução e acompanhamento do contrato**

**Condições de Entrega**

6.4. O prazo de entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias** , contados da formalização da solicitação, mediante envio de Nota de Empenho por meio dos contatos informados para tal na proposta, em remessa única.

**OU**

6.5. ~~As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:~~

| <i>Parcela</i> | <i>Composição da parcela</i>                              | <i>Prazo de entrega</i>                                      |
|----------------|---|--|
| <i>1ª</i>      | <i>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</i> | <i>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</i> |
| <i>2ª</i>      | <i>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</i> | <i>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</i> |
| <i>3ª</i>      | <i>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</i> | <i>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</i> |
| <i>[...]</i>   | <i>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</i> | <i>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</i> |

6.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Avenida Pandiá Calógeras n.º 49, Setor Central – Ipameri-GO, CEP 75780-000 na Seção de Almoxarifado, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a quinta-feira, das 09h30min as 11h45min e das 13h30min as 16h15min, e nas sextas-feiras das 08h as 11h30min, ambos horários de Brasília-DF.**

6.8. ~~No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a [XX] [dias] / [meses] [anos], ou a [indicar a fração, ex.: metade, um terço, dois terços etc.] do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

**Formas de transferência de conhecimento**

6.9. ~~A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:~~

~~6.9.1. [...];~~



6.9.2. [...]; e

6.9.3. [...].

**OU**

6.10. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.11. ~~Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:~~

6.11.1. [...];

6.11.2. [...]; e

6.11.3. [...].

**OU**

6.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

#### **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.13. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

#### **Mecanismos formais de comunicação**

6.14. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails.

#### **Formas de Pagamento**

6.15. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

#### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.16. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

~~6.17. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS [...] e [...].~~



## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Reunião Inicial

~~7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.~~

~~7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até [XX] dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.~~

~~7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:~~

~~7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;~~

~~7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;~~

~~7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;~~

~~7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;~~

~~7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.~~

### Fiscalização



7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

#### **7.17.1. Acompanhar na gestão dos materiais solicitados com o Setor Requisitante.**

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:



7.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

7.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

7.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

### **Critérios de Aceitação**

7.21. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.22. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.23. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas



especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.24. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.25. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.26. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.27. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.28. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.29. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.30. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

7.31. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.31.1. Nomeação de Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato ou Comissão de Recebimento e Exame de Material para a verificação de número de série, integridade e adequação do material.

7.31.2. Esta equipe e/ou comissão seguirá o disposto no Art. 58 do Regulamento de Administração do Exército (RAE) de 2021.



7.31.3. O Termo de Recebimento Provisório (TRP) será emitido, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.31.4. O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) será emitido por militar ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

### Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.32. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

| IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO |  |   |
|--|--|---|
| Tópico   | Descrição  |   |
| Finalidade   | Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.  |   |
| Meta a cumprir   | IAE < 0  | A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto. |
| Instrumento de medição                                   | OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)   |   |
| Forma de acompanhamento                                  | A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.  |   |
| Periodicidade  | Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.   |   |
| Mecanismo de Cálculo (métrica)                           | $\text{IAE} = \text{TEX} - \text{TEST}$ <p>Onde:</p> <p><b>IAE</b> – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p><b>TEX</b> – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p><b>TEST</b> – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p> |   |
| Observações  | Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.<br>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.  |   |
| Início de Vigência                                       | A partir da emissão da OFB.  |   |



|  |   |
|--|---|
| <b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b> | Para valores do indicador <b>IAE</b> :<br>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;<br>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.<br>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso. |
|--|---|

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

| <b>Id</b> | <b>Ocorrência</b>  | <b>Glosa / Sanção</b>   |
|-----------|--|---|
| 1         | Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 horas úteis. | Multa de 1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 dias úteis.<br>Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do Contrato.  |
| 2         | Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)  | Glosa de 1 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.<br>Glosa de 1 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.<br>Glosa de 1 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.<br>Glosa de 1 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.<br>Multa de 1 % sobre o valor do Contrato e Glosa de 1% sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00. |
| 3         | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.   | Advertência.<br>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total do Contrato.  |

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela



Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua



situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA](#) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

~~9.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~9.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~



~~9.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação de pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~9.29.1. R\$. .... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~9.29.1. (...)~~

~~9.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~9.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~9.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~9.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~9.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~9.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~9.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~9.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~9.36.1. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~9.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

## **Cessão de Crédito**

9.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.38.1. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



9.38.1. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.38.1. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

9.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em [29/10/2025](#).

9.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO](#) sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO](#).

**OU**



~~10.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

### **Forma de fornecimento**

10.3. O fornecimento por item será [integral](#).

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

10.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.5. Valores unitários: conforme [tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência](#).

### **Exigências de habilitação**

10.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.7. **pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.8. **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10. **sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. **sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.12. **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.13. **filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.14. **sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~10.15. Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....~~

10.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando,



índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação**.

~~10.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.~~

10.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

~~10.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade.~~

~~10.34.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~



~~10.35. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.~~

~~10.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~10.35.1.1. [...];~~

~~10.35.1.2. [...]; e~~

~~10.35.1.3. [...].~~

~~10.35.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.~~

~~10.35.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.~~

~~10.36. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....~~

### **Disposições gerais sobre habilitação**

10.37. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 532.069,12 (quinhentos e trinta e dois mil, sessenta e nove reais e doze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

**OU**

~~11.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

**OU**

~~11.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

~~11.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

11.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...].

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



12.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico Financeiro

13.2. A contratação será regida pelo sistema de registro de preços de forma que as entregas serão parceladas e determinadas por Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), com entrega, recebimento, liquidação e pagamento realizados conforme discriminado neste Termo de Referência.

13.3. Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.

13.4. No Sistema de Registro de Preços (SRP), a licitação não gera uma obrigação imediata de compra para a Administração Pública, mas apenas uma expectativa de contratação.

13.4.1. Não será necessário indicar a dotação orçamentária no edital nem para a assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP).

13.4.2. A indicação dos recursos torna-se obrigatória apenas no momento em que a Administração decide efetivamente realizar a compra ou serviço, ou seja, antes da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho.

|   |  |   |
|---|--|---|
| <div>Integrante<br/>Requisitante</div> <div>Keone Simões Prestes – 3º Sgt<br/>Adjunto da Seção de<br/>Informática</div> | <div>Integrante<br/>Técnico</div> <div>Claudionei David de Jesus – 3º<br/>Sgt<br/>Auxiliar da Seção de Informática</div> | <div>Integrante<br/>Administrativo</div> <div>Keone Simões Prestes – 3º Sgt<br/>Adjunto da Seção de<br/>Informática</div> |
|---|--|---|

| Autoridade Máxima da Área de TIC   |
|--|
| <div>VITOR ALVES ANDRADE – 1º Ten</div> <div>Agente da Contratação</div> |

Ipameri,GO, 05 de maio de 2026.

Aprovo,



| Autoridade Competente  |
|--|
| <div data-bbox="483 488 1106 571" data-label="Text"><p><b>HERMINIO NADALON NETO – Cap</b><br/>Ordenador de Despesas da 23ª Cia E Cmb Mec</p></div> |